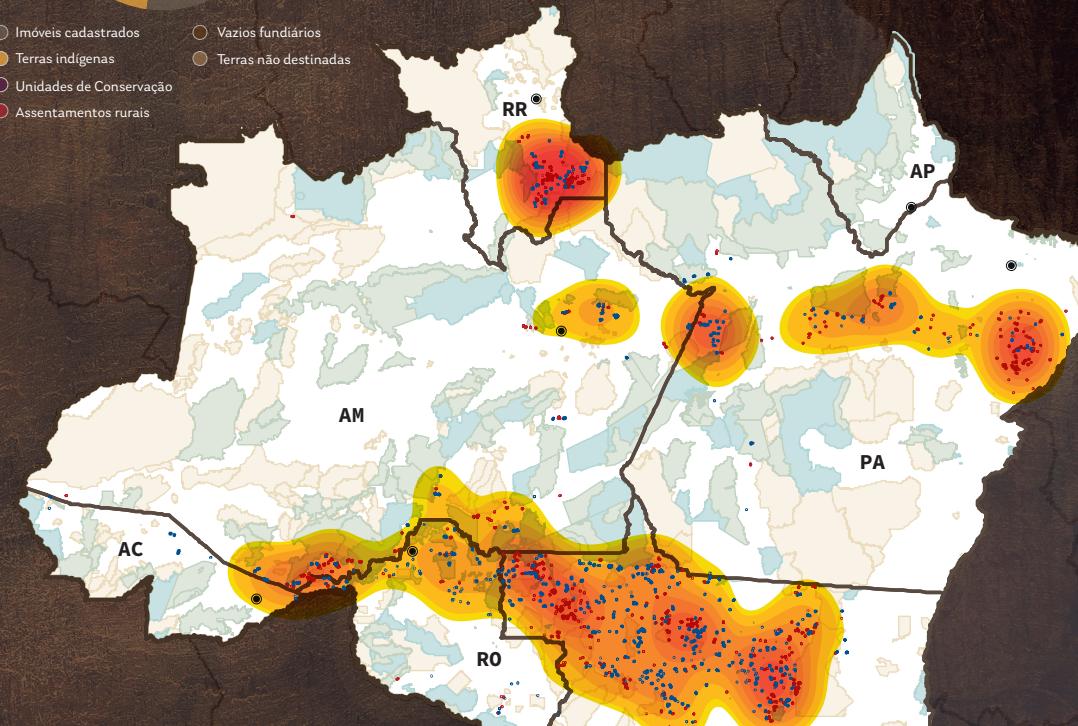
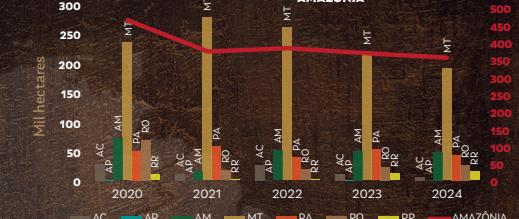
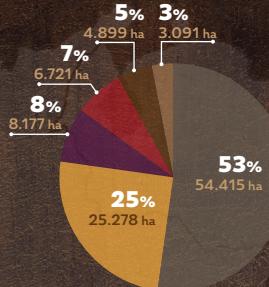
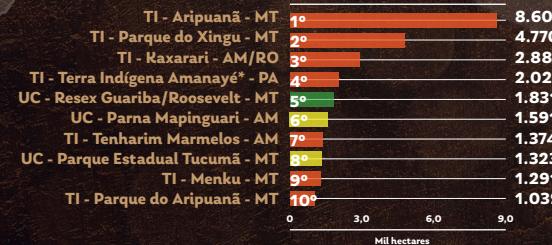
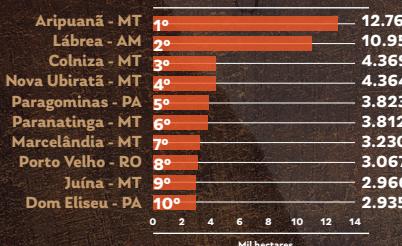


Sistema de Monitoramento da Exploração Madeireira (Simex)

Mapeamento da exploração madeireira na
AMAZÔNIA - Agosto 2023 a Julho 2024

Nesse período foram explorados 327.694 hectares de florestas nativas para fins madeireiros na Amazônia, o que representa uma redução de 10,5% em relação ao **período anterior**. A análise da legalidade mostra que do total de área de extração de madeira no período, 225.113 hectares (69%) foram explorados mediante autorização de exploração florestal emitida pelos órgãos competentes, e 102.581 hectares (31%) ocorreram de forma não autorizada. A maior parte da atividade madeireira sem autorização (53%) foi identificada em imóveis rurais cadastrados, seguido por 25% em terras indígenas, 8% em Unidades de Conservação, 7% em Assentamentos Rurais, 5% em vazios fundiários e 3% em terras não destinadas.



AVALIAÇÃO DA LEGALIDADE

Os dados utilizados para avaliar a legalidade das áreas de exploração madeireira nos estados do Amazonas e Roraima foram obtidos no Sinaflor (Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais), disponibilizados na plataforma do Siscom (Sistema Compartilhado de Informações Ambientais). Para esses estados, os dados de autorizações de exploração madeireira solicitados junto aos órgãos estaduais de meio ambiente não foram recebidos até a presente data. Para os estados do Acre e Rondônia, além dos dados do Sinaflor, foram utilizados dados dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e Autex (Autorizações de Exploração Florestal) concedidos pelo IMAC (Instituto de Meio Ambiente do Acre) e pela SEDAM/RO (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia). Do estado de Mato Grosso, as bases de dados foram obtidas no Portal de Transparéncia e no Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlan/MT), ambos geridos pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA/MT). Tanto o mapeamento quanto a validação da legalidade checada em Mato Grosso, foram realizados mediante cooperação técnica entre o Instituto Centro de Vida (ICV) e a Sema/MT. No Pará, os dados utilizados foram obtidos por meio do Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlan/PA), Serviço Florestal Brasileiro e Ideflor/Br. Na checagem da legalidade, para cada área de exploração madeireira mapeada, foram verificadas e associadas a existência ou não de autorizações de exploração florestal válidas e relativas a cada área em questão.

